

Fronteiras Setentrionais do Brasil: o 5º Pelotão Especial de Fronteira e as funcionalidades da “Cabeça do Cachorro”.

O presente artigo aborda um tema que vem sendo amplamente discutido no Brasil e em outros países: a Amazônia. A recente ampliação das discussões acerca da importância estratégica da região tem despertado interesse não só nos estudiosos como nos diversos segmentos da política nacional. A Amazônia era, como aliás, ainda é, um mito para a maior parte da sociedade brasileira. O 5º Pelotão Especial de Fronteira (5º PEF), unidade militar do Exército Brasileiro, localizado em Maturacá, inserido na chamada região da “Cabeça do Cachorro”, município de São Gabriel da Cachoeira-AM, é o foco principal do presente artigo. Um vértice do Estado Nacional com funções vitais que esse mesmo Estado Nacional teima negligenciar. Porém, há sinais que nos permitem afirmar que, o Estado Nacional ao receber estímulos do processo de globalização, ora vem atuando com o intuito de manter sua soberania sobre a região, ora, adotando lógicas globais. A partir do 5º PEF, questiona-se, para qual direção tem sido a presença do Estado na Amazônia: rumo à soberania ou à inserção pura e simples no processo de globalização? Adiciona-se a este cenário global, o regional, com Governos que também possuem territórios na Amazônia, principalmente, a Bolívia, de Evo Morales, a Colômbia, de Alvaro Uribe e a Venezuela, de Hugo Chávez. Este entorno regional tem causado reflexos no campo interno. Ultimamente muito tem se falado em reaparelhamento das Forças Armadas brasileiras, corrida armamentista no subcontinente etc. E tais movimentos vêm mesmo ganhando mais destaque nos diversos meios de comunicações. Em meio a estes contrastes de interesses, as relações humanas, de poder e mesmo econômicas criam novas espacialidades, compostas de temporalidades distintas, uma dinâmica própria, que apenas poderá ser entendida a partir de um olhar minucioso sobre as complexidades da Amazônia. As diversas relações se materializam territorialmente. Desse modo, a rede que se estabelece entre o pelotão e os espaços sociais e naturais vão gerar novos espaços. Decididamente, é um cenário instigante e fértil.

1. Introdução

A oportunidade da discussão do tema é inquestionável. Basta ver-se que a palavra Amazônia é uma das mais pronunciadas no mundo. Além disso, as recentes investidas do governo de Hugo Chávez em busca da liderança política dentro da América Latina, os imbróglis econômicos entre Brasil e Bolívia e as pressões das comunidades internacionais para a proteção da floresta amazônica como forma de amenizar o aquecimento global nos leva a afirmar que é chegado o momento de o Estado Nacional e a sociedade brasileira tomarem uma decisão sobre o rumo que desejam para a região amazônica, pois que nesse território ainda subsistem discontinuidades caracterizadas por rarefações demográficas herdadas e baixas densidades técnicas. Para Wanderley (2007), dois temas importantes na atualidade estão colocando em foco a Amazônia brasileira: o primeiro diz respeito a sua importância estratégica para os países sul-americanos em seus respectivos projetos nacionais de desenvolvimento e integração Sub-Continental; e segundo, a crescente ingerência de governos e organizações estrangeiros na definição das políticas nacionais de ocupação e uso desses territórios e dos seus respectivos recursos, e do seu virtual “aprisionamento” em uma cada vez mais estratégica agenda ambiental internacional ou global. O atual estágio do processo de globalização atinge quase todos os cantos do planeta e, a Amazônia, por sua configuração diferenciada, tem figurado na pauta de discussões dos principais centros acadêmicos mundiais. A dinâmica globalizante agrava as diferenças e disparidades frente aos novos dinamismos e a outras formas de comando e dominação (SANTOS, 2003). Por outro lado, o estudo da região por parte da intelectualidade brasileira, assim como, a presença do Estado na

região tem sido alvo de críticas. Faltam estudos nacionais relativos a Amazônia, e falta a presença do Estado nas necessidades mais básicas para as populações que lá residem. A partir dessas questões e tendo como fio condutor uma unidade militar do Exército Brasileiro – o 5º PEF – abordaremos a forma como o Estado tem marcado sua presença na região e como a ação do Estado contribui para a gênese de uma nova territorialidade. Alia-se a esse quadro o atual cenário sul-americano com claras definições de governos ditos de esquerda e/ou populistas, e outros mais alinhados aos EUA. Assim, Bolívia, Peru, Colômbia e Venezuela são governos que têm seus interesses na região, e o envolvimento dessas novas realidades políticas nas soluções dos problemas amazônicos nacionais envolvem, por osmose, tais nações. O presente artigo está dividido em cinco capítulos. No primeiro, trata-se do panorama internacional e do seu relacionamento com a Amazônia e como tais diretrizes influenciaram (e continuam a influenciar) na formação de um novo espaço repleto de complexidades, inseridos numa rede que se faz regional. O segundo capítulo aborda como tem sido porosa a atuação do Estado brasileiro na Amazônia, materializada apenas na presença do Exército (PEF), tema do terceiro capítulo. O quarto capítulo, cerne do presente trabalho, vai caracterizar o 5º PEF e a rede de relações humanas que se constitui a partir dele. O quinto capítulo aborda de forma superficial o atual panorama sul-americano e as políticas nacionais (PNOT, PNDR e PND) em vias de implementação pelo governo federal. Nas considerações finais faz-se uma tentativa de amalgamar os três cenários, a globalização, a presença do Estado Nacional na Amazônia e o atual cenário sul-americano, principalmente dos países amazônicos com viés esquerdistas. Desta forma o presente artigo trabalhará em várias escalas, visto a importância de realizar diversas conexões não só com o local, mas também com os acontecimentos que ocorrem em escala nacional e regional uma vez que têm reflexos na vida cotidiana do 5º PEF.

1. Território, história e poder: a gênese de um novo espaço

Para proceder esta breve análise, lançaremos mão de três fatos que, aparentemente sem relação entre si, redirecionaram a atuação do Estado Nacional na ocupação da Amazônia brasileira. O primeiro deles foi o processo de redemocratização do Brasil após 21 anos de Regime Militar. Apesar do presente texto não ter como preocupação básica esse período, a bem da verdade foi durante o mesmo compreendido entre 1964 a 1985, que tivemos no Brasil um dos poucos períodos com planejamento de Estado e não de Governo, voltado para a unidade nacional. Não obstante, esse mesmo período produziu efeitos colaterais ainda não superados. Porém, ao findar o regime, liquidado o inimigo externo (comunismo), os militares passaram a se indagar: e agora, quem combater? Era necessário “criar” um novo inimigo. Então as atenções se voltaram para a Amazônia, até então (historicamente) fora do eixo estratégico do Governo brasileiro, mas já na mira dos grandes interesses internacionais. Assim foi concebido o Projeto Calha Norte, durante o Governo de José Sarney. Enganam-se aqueles que tratam o Calha Norte como um projeto eminentemente militar. Como todo projeto estratégico de ocupação de uma vasta área territorial é aceitável que possuísse um viés militar. Porém, tratava-se de um projeto envolvendo diversos órgãos governamentais, com origem nas três esferas do poder. Hoje, claramente, o que resta do Projeto Calha Norte, além da mudança para Programa Calha Norte, são as instalações militares lá existentes, via de regra, uma das poucas presenças do Estado na região, senão a única. Mas no campo político interno permanecia no seio da sociedade brasileiro as lembranças do período militar. Daí talvez possamos explicar a não mais aceitação dos militares nos desígnios da Nação. Permaneceu uma situação em que os militares foram renegados a um segundo plano, na melhor das hipóteses. A sociedade estava (e ainda esteja) dividida entre militares e não-militares. Mas na verdade, no Brasil, temos uma única sociedade, a brasileira. Esse distanciamento tem custado muito caro ao país. Mas, atualmente, há um novo redirecionamento quanto o papel das Forças Armadas. As Forças Armadas voltam ao centro das principais questões nacionais. Discursos

de diversas origens concordam com a necessidade de elas existirem, e estar preparadas para serem utilizadas. Ao mesmo tempo questiona-se por que o Brasil deixou seu braço militar chegar a tal ponto de desprezo por falta de investimento, apesar dos constantes sinais advindos da caserna, quando, nos países de maior expressão, os gastos com defesa crescem ano a ano. Um estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa da Paz de Estocolmo (Sipri) e divulgado pela Organização das Nações Unidas revela que, em 2003, as despesas militares no mundo atingiram cerca de US\$ 800 bilhões. Os Estados Unidos é o país com a maior despesa militar do planeta (para 2005 o Instituto Internacional de Estudos Estratégicos e pelo Departamento de Defesa dos EUA estimaram em US\$522bilhões), seguidos de longe pela China (US\$62,5 bilhões para o mesmo ano). Para o ano de 2008, o governo brasileiro pretende gastar R\$10 bilhões para o reaparelhamento das Forças Armadas. Para um país que deseja um lugar de destaque nesse sistema mundo, inclusive pleiteando um acento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, é muito pouco! E sobre esta questão pesa a dotação orçamentária das Forças Armadas, que para Zaverucha (2005 p.94) “... um país com as carências sociais do Brasil apresenta um orçamento militar atual de US\$10,7bilhões, empatado com Taiwan, acima de Israel e logo abaixo da Coreia do Sul”, deixando transparecer que tal quantia seria mais que suficiente para suprir as necessidades de defesa do país, quando não o são. Do término do governo militar até recentemente, as Forças Armadas passaram por um processo de achatamento. Felizmente ou infelizmente foi preciso uma drástica alteração no entorno regional para que elas voltassem a figurar também como prioridade nacional, assim como a saúde, a segurança, a economia, a educação etc. E o mais importante, o assunto defesa agora parece não estar mais restrito aos militares, ao contrário, envolve os diversos campos acadêmico do país. Mas para entendermos melhor a situação do Brasil e das suas Forças Armadas nesse cenário faz-se necessário um resgate, sucinto, dos principais fatos políticos vivenciados no mundo.

No campo externo, o esfacelamento do então mundo bipolar foi outro fator importante na questão da Amazônia. Após a Segunda Guerra Mundial, o mundo foi dividido entre duas superpotências: o mundo capitalista liderado pelos Estados Unidos da América e o mundo socialista, capitaneado pela ex-União Soviética. Além desses dois blocos antagônicos surgiu também um novo bloco formado pelos países subdesenvolvidos e sem uma aparente liderança. O Terceiro Mundo contemplava e/ou ainda contempla todos os países da América Latina, da África e alguns outros da Ásia. Esses países passaram a ser foco de interesse das duas superpotências para os mais diversos fins: ideológico, territorial, político, econômico, recursos etc. As guerras passaram então a ser travadas nesse novo território e, com forte apoio das superpotências, caso das guerras da Coreia, do Vietnã e do Afeganistão. Tais conflitos tinham origem genuinamente ideológica, mas com finalidade tipicamente econômica. Com o fim do regime bipolar, os Estados Unidos da América permanece como a única superpotência mundialmente reconhecida. A esse respeito, à máquina de guerra norte-americana parece ter mesmo o ‘destino manifesto’ de ‘polícia do mundo’, visto que existe “um poder absoluto, global, monitorado pelos EUA, estrategicamente sedimentado no trunfo da informação” (SÁ, 2005, p.98), um *big brother* mundial. Assim, o uso do Poder Militar, como se fosse a própria política tem evidenciado as recentes intervenções, mediante estratégias de quarentena (crise dos mísseis cubanos), zona de exclusão (Malvinas e Iraque) e mais recentemente o emprego puro e simples da violência controlada com as ditas *bombas inteligentes*. No bojo dessa situação político-estratégica, o capitalismo surge com uma nova roupagem, a globalização. Então, antes do aprofundamento desse processo era preciso liquidar com o bipolarismo, fragmenta-lo, dividir para conquistar e, finalmente, reunifica-lo num só mundo, global, homogêneo! (?)... e foi exatamente isso o que estava acontecendo. Mas e o Terceiro Mundo? O que fazer com tamanha vastidão territorial e seus problemas?

A equação estava quase perfeita, mas ainda faltava legitimar as ações. Era necessário criar “condições”. Daí a preocupação da Nova Ordem Mundial passar a ser os ditos interesses coletivos da humanidade. Ora, Azambuja (1971) afirma que por Humanidade entende-se o conjunto de todas as sociedades existentes na face da Terra. Porém, tais interesses são cirúrgicos, e sempre permeados de intencionalidades: a proteção dos direitos humanos; a preservação do meio ambiente; o combate ao crime organizado; e o controle sobre a proliferação de armas de destruição em massa, notadamente as armas nucleares. Não precisamos ir muito longe para admitirmos que tais interesses são realmente relativos a toda Humanidade. O problema maior é em quais territórios esses direitos coletivos não estão sendo cumpridos e ainda mais graves, quais seriam as conseqüências para esses mesmos territórios, povos, nações e governos pelo não cumprimento de tais interesses. A partir desses mesmos interesses um rol de países desenvolvidos, encabeçados pelo G-7 (grupo dos sete países mais desenvolvidos formado por EUA, Alemanha, Japão, Itália, Canadá, França e Inglaterra) elencaram as ameaças que seriam justificativas para intervenções, inclusive militares, nos territórios: a ocorrência do narcotráfico; a destruição das florestas tropicais; a imigração ilegal; o terrorismo internacional; e a proteção de comunidades indígenas. Pronto, a equação está quase completa. Cabem novamente certas indagações. Para muitos estudiosos, hoje o aquecimento global é o maior problema enfrentado pela humanidade. Porém, o Protocolo de Kyoto, que criaria mecanismos para a desaceleração do processo, ainda nem foi ratificado pela nação que mais emite poluentes no planeta. E as demais nações industrializadas somente assinaram o tal acordo pela simples razão egoísta de sobrevivência. Pois, como afirma Brandão (Diário de Pernambuco, 2006, Opinião, p.A3) “se o aquecimento global afetasse somente africanos, asiáticos ou latino-americanos, o mundo rico estaria indiferente a tudo”. Voltemos, porém, aos ditos interesses coletivos da humanidade. Qual a área de maior interesse global quando nos remetemos ao narcotráfico? Qual a região do planeta recordamos quando o tema é a destruição das florestas e a proteção das comunidades indígenas? Que espaço planetário está ainda hoje ociosamente ocupado?

Por fim, o terceiro fato, a implantação do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam).

O Sivam foi concebido e implementado no então governo de Fernando Henrique Cardoso. Obteve apoio das Forças Armadas, pois se tratava de um importante sistema para o monitoramento da Amazônia. Porém, o processo como um todo ficou envolto a nebulosas circunstâncias ainda não totalmente explicadas. A empresa fornecedora de toda a tecnologia (equipamentos) foi a norte-americana Raytheon. O Projeto, orçado em US\$1.395.000.000, já estava todo financiado por linhas de crédito internacionais. E o Sivam entrou em operação quase que plenamente no ano de 2004. Um dos principais objetivos do Sivam é de monitorar e levantar dados acerca dos recursos naturais da região. A área do Sivam é considerada como de globalização “absoluta”, pois detêm vetores da modernidade atual. Esse vetor da globalização está implantado na Amazônia com objetivo de manter a “soberania” do Estado Nacional e ao mesmo tempo inventariar o que for possível em termos de recursos naturais. Recursos esses que o Professor Julien Vandeburie, em palestra no ano de 2004 na UFPE, afirma que seriam capazes de gerar conflitos intra e extra-estatais, tanto pelo acesso aos mesmos quanto pela renda gerada mediante sua posse. E não por acaso a Amazônia é tida por muitos estudiosos como um “delírio mineral” tamanha a possibilidade de recursos naturais ali ainda não inventariados.

Comparativamente, podemos afirmar que tanto o Calha Norte quanto o Sivam são projetos estratégicos para o país. Porém, a forma e o momento histórico em que foram gerados é o que os diferencia. O primeiro, por ser tratado como o primo-pobre, com sua ideologia nacionalista pela necessidade de dar aos militares, recém saídos do poder, algo a fazer, sem recursos, nem interesse do governo, quase extinto no governo FHC, mas cujo objetivo é a ocupação efetiva

daquele espaço, territorializando-o. Esse tipo de ocupação pode também, no futuro, servir aos desígnios da globalização.

É nessa rede globalizante (Calha Norte – Nova Ordem Mundial – Sivam) que vamos abordar a presença do Estado Nacional na região Amazônica, mais precisamente na faixa de fronteira Norte e, tendo como ponto de incidência, o 5º Pelotão Especial de Fronteira.

2. Estado Nacional na Amazônia: presença marcada pela porosidade.

Para Azambuja (1971), o homem, desde que nasce, faz parte de diversas instituições ou sociedades. A primeira delas, em importância, é a família, que tem por funções básicas alimentar, proteger e educar. Existem outras sociedades, como a escola, a Igreja, a empresa etc. Ao conjunto desses grupos sociais chama-se de Sociedade propriamente dita e, numa escala global, Humanidade. O mesmo autor, também afirma que “além dessas, há uma sociedade, mais vasta do que a família, menos extensa do que as diversas Igrejas e a Humanidade, mas tendo sobre as outras uma proeminência que decorre da obrigatoriedade dos laços com que envolve o indivíduo: é a sociedade política, o Estado” (AZAMBUJA, 1971, p.1). No grupo social familiar, o homem é forçado a entrar pelo nascimento, mas pode libertar-se pela maioria. Em todos os demais grupos, ingressa voluntariamente. “Da tutela do Estado, o homem não se emancipa jamais” (Idem p.4), afirma o referido autor. E é este mesmo Estado personificado em tons verde e amarelo que atua de forma porosa nesse imenso território. Inclusive gerando contradições. Ao comparar sucintamente a articulação e a implementação de dois grandes projetos (Calha Norte e Sivam) para a região fica explícito o antagonismo na execução dos mesmos por serem implementados pelo mesmo ator, o Estado nacional. Mas é com essa atuação mesmo parcial que o Estado marca sua presença na Amazônia, pois a respeito do enfraquecimento do Estado-nação, no dizer de Iná (2005 p.236) “o Estado, instituição do sistema, importante para a sua base infra-estrutural e para a sua dinâmica decisória. Seu papel como aparato jurídico de gestão das sociedades e dos territórios ainda não está esgotado”.

Graças ao Programa Calha Norte houve uma acentuada vivificação da faixa de fronteira, com base na presença e na atuação dos Pelotões Especiais de Fronteira (PEF). Não fosse o Calha Norte, que iríamos ter nessa vastidão amazônica? Teríamos Tabatinga, Ipiranga, Vila Bittencourt, depois Cucuí e chegaríamos a Clevelândia do Norte, que já existiam e têm suas origens em fortificações militares. Para os estrategistas, os PEF são hoje, pequenos pontos da civilização junto a nossa fronteira, com a esperança de que no futuro se transformem em aglomerados humanos, pequenas vilas, pequenas cidades, municípios, a exemplo do ocorrido com Tabatinga, que há dez, doze anos, era uma colônia militar, e como São Gabriel da Cachoeira, que hoje é uma pujante cidade no Alto Rio Negro com cerca de 40 mil habitantes. A sede desse município está distante da capital Manaus, cerca de 850 km. São Gabriel da Cachoeira é o segundo maior município brasileiro em extensão territorial (cerca de 109.000km²), e possui a maior população indígena do País. A densidade demográfica é baixíssima, beirando 0,5 hab/km². Oficialmente o município possui três línguas, além do português: o nheengatu, o baniva e o tucano. Este fato denota uma série de consequências advindas. O município deverá sofrer uma série de adaptações para fazer cumprir esta norma lingüística, desde as alterações nos cardápios dos restaurantes até na elaboração de provas para concursos públicos que deverão atender as quatro línguas. Ou seja, todo o território de São Gabriel da Cachoeira, inclusive os PEF deverão adaptar-se a essa nova realidade lingüística. O que isso implicará para a identidade lingüística que surgirá? Que consequências trará para o território? São questões que merecem ser observadas e estudadas com profundidade, o que pode ser realizado em outros ensaios.

No Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, ano 2000, São Gabriel da Cachoeira apresenta um quadro onde a taxa de urbanização pode ser considerada alta (41,32%) ainda

mais pelo simples fato da sede não possuir infra-estrutura para tal contingente populacional. O analfabetismo ainda é um fator negativo, pois se mantém em níveis elevados (34% da população). A renda *per capita média* pode ser considerada baixa (R\$106,00), se comparada com a média nacional; enquanto o índice de pobreza tem se elevado ao longo dos anos (62% em 1991 e 69% em 2000). Somente um quarto da população tem água encanada, metade tem energia elétrica e 70% da população é assistida pela coleta de lixo urbano. O acesso a bens de consumo também é baixo: em 2000, 35% da população possuía geladeira; 40%, televisão; 10%, linha telefônica; e menos de 2% da população, possuíam computador. Nota-se a importância maior dada a um equipamento de lazer (televisão) do que a um equipamento de primeira necessidade (geladeira) pela sua destinação. Assim, analisando superficialmente esse aspecto da realidade por meio do consumo de energia elétrica, dos equipamentos domésticos, do equipamento telefônico, o território é revelador das diferenças mais agudas das condições de vida da população de São Gabriel da Cachoeira. A presença dos militares no território tem contribuído para uma pequena melhoria nos níveis de vida do município.

O Comando da 2ª Brigada de Infantaria de Selva, recentemente transferido do município de Niterói-RJ, está localizado no município de São Gabriel da Cachoeira, na região conhecida como “Cabeça do Cachorro”. Subordinado a 2ª Brigada de Infantaria de Selva estão vários batalhões, dentre os quais o 5º Batalhão de Infantaria de Selva, sediado nesse mesmo município. O batalhão possui, além da estrutura normal, sete pelotões desdobrados sobre a faixa de fronteira: 1º PEF (Yauaretê), 2º PEF (Querari), 3º PEF (São Joaquim), 4º PEF (Cucuí), 5º PEF (Maturacá), 6º PEF (Pari-Cachoeira), e 7º PEF (Tunuí-Cachoeira). O pelotão é a menor unidade tática empregada no combate regular. Seu efetivo pode variar de 35 a 50 homens. Uma companhia possui de três a cinco pelotões, e seu efetivo gira em torno de 200 homens. Um batalhão possui de três a seis companhias e, seu efetivo pode chegar a 1.500 homens. Uma brigada possui uma base formada por três batalhões, além de outras unidades de apoio ao combate. Seu efetivo pode girar entre 5.000 e 7.000 homens. Assim, somente no município de São Gabriel da Cachoeira são cerca de 1.500 militares que já fazem parte do seu contingente populacional. Esse efetivo contribui favoravelmente para o crescimento da cidade, pois que sua renda *per capita* é relativamente elevada se comparada com os demais segmentos sociais. Por outro lado, essa presença também suscita problemas, que serão abordados mais adiante. O PEF, além da sua clássica missão de combate, possui outras e, para tanto traz consigo algumas peculiaridades.

3. Pelotões Especiais de Fronteira: a presença materializada do Estado na fronteira.

Os Pelotões Especiais de Fronteira (PEF) possuem uma estrutura básica mais ou menos homogênea. Além de possuir uma pista de pouso e decolagem, que é a garantia de suprimento das populações que lá vivem, inclusive para evacuação médica, as instalações próprias do pelotão incluem as residências dos militares, numa área equivalente a cerca de 10 hectares. Possui também os chamados pavilhões de terceiros, onde está prevista a ação governamental, por intermédio de vários ministérios (Educação, Saúde, Justiça, Relações Exteriores etc), além de outros órgãos governamentais (Funai, Incra, Abin, Polícia Federal, Polícia Militar etc), marcando a presença do Estado. Já o pavilhão comunitário tem sua destinação a serviços prestados (escolas, creches, cartórios, bancos, posto de saúde etc) à comunidade local, notadamente, a indígena, com o intuito de atraí-las para sua órbita de influência.

Para cumprir sua missão, nos pelotões, cujo lema é “Vida, Combate e Trabalho” é obrigatório a existência de pelo menos um médico, um dentista, um farmacêutico e um veterinário, além dos demais militares, cuja principal missão é servir de sentinela avançada. O comandante do pelotão, geralmente, “um tenente com pouco mais de 25 anos que exerce o papel de comandante militar, prefeito, juiz de paz, delegado, gestor de assistência médico-

odontológica, administrador do programa de inclusão digital e o que mais for necessário assumir nas comunidades carentes das imediações, esquecidas pelas autoridades municipais, estaduais e federais” (VARELLA, 2006, p.12) é a personificação do poder estatal. O pelotão é composto por um efetivo de cerca de 40 homens divididos segundo um organograma pré-determinado pelo Estado-Maior do Exército. Os cabos e soldados são em sua maioria oriundos da própria região. Com isso, a Força acaba por integrar um contingente considerado de caboclos, facilitando a interação social, o que por si já é um fato positivo. Os oficiais e sargentos de carreira, em sua maioria são oriundos de outras regiões do país, e é prioridade para servir no pelotão somente aqueles que são casados; a presença do companheiro (a) tende a amenizar as inóspitas condições de permanência em local tão ermo. São homens e mulheres, geralmente, acostumados as benesses dos grandes centros urbanos, onde os grandes vetores da globalização estão diuturnamente presentes em seu cotidiano. Assim, ao ato da chegada àquele lugar tão exótico à solidão é apenas o tempo que a aeronave que o trouxe leva para decolar deixando para trás sorrisos amarelos e olhos lacrimejantes. É um momento que o homem perde seu chão, fica desorientado por algum tempo. A simples constatação que em plena sexta-feira não se poderá ir ao shopping, cinemas, barzinhos para consumir é motivo de sentimentos de frustração, solidão etc. Em certos casos o homem tem que ser retirado do pelotão para se evitar males piores para ele e para a comunidade. A depressão é uma realidade!

O valor do dinheiro não corresponde aquele auferido em outros lugares. Quanto ao recebimentos dos salários daqueles que estão no pelotão, permanece numa das poucas instituições financeiras existentes na sede do município, geralmente em aplicações financeiras. Havendo a necessidade da movimentação financeira, o militar interessado delega a um procurador poderes para realizar a transação financeira junto ao banco. Assim, no PEF a relação mercantil ainda é realizada, geralmente, por uma modalidade jamais pensada ainda existir em plena globalização: o escambo.

A principal modalidade de relação mercantil realizada no pelotão é o escambo, a troca direta entre objetos. É comum a troca de peças de vestuário por produtos cultivados (laranja, macaxeira, açaí, cupuaçu etc) ou produzidos (artesanatos em geral) pelos indígenas. Até mesmo os serviços prestados pelos indígenas são reembolsados com bens materiais. A vida dos povos indígenas na Cabeça do Cachorro e daqueles que para lá se dirigem não tem sido fácil. A inserção de alguns vetores da globalização (possibilidade de acesso a serviços como energia elétrica, e a equipamentos como televisão, geladeira, computador) tem levado uma grande quantidade de indígenas ao “alcoolismo e o cortejo de violência física e tragédias médico-sociais causadas por ele constituem o problema mais grave de saúde pública na região”, segundo Varella (2006, p.15), pois que não possuem recursos para acessar tais vetores, o que gera sentimentos de frustração. “Eu não sou mais índio nu como meu avô que vivia no mato. Também preciso de civilização, de energia e de computador em casa. Sou índio integrado, o que é melhor tem que ser meu. Tudo de bom que chega para o branco eu vou abraçando”, recado de um líder indígena (idem p.17). Mas na região praticamente não existe trabalho remunerado, além disso, “as aposentadorias são raras e os programas federais de distribuição de renda não chegam até eles” (idem p.13).

Já a adaptação daqueles que chegam a Cabeça do Cachorro, oriundos de outras regiões brasileiras, acontece e passa-se a experimentar coisas até então não valorativas para o homem urbano. Um simples passeio à aldeia, uma caçada com os índios, uma partida de futebol, uma caminhada na selva, um aniversário, uma reunião, uma jornada pelos igarapés, a utilização do fogão a lenha, o recebimento de uma carta longínqua passam a ser acontecimentos que alteram, para melhor, a permanência de todos. Tais acontecimentos resgatam o tipo de comunidade que hoje buscamos, que seria aquela encontrada entre a liberdade e a segurança. Mas nesse espaço a individualidade é garantida, mas sem que esta se contraponha a

comunidade. E então pode-se reviver momentos de inocência, coisa que o “conhecimento” teima em fazer o homem esquecer. Pois que “nenhum agregado de seres humanos é sentido como ‘comunidade’ a menos que seja ‘bem tecido’ de biografias compartilhadas ao longo de uma história duradoura e uma expectativa ainda mais longa de interação freqüente e intensa” (BAUMAN 2003, p.48).

E nessa miríade de relações que uma nova territorialidade se forma, gerando um espaço de temporalidades próprias.

4. As temporalidades e materialidades do 5º PEF: homens de tempo lento x sistema mundo

Nosso objeto de estudo é o 5º Pelotão Especial de Fronteira, localizado em Maturacá, uma pequena comunidade oriunda da Missão Salesiana instalada em 1953, distante cerca de 100 km da sede de São Gabriel da Cachoeira e a cerca de 5 km do Pico da Neblina – o ponto mais alto do Brasil com 2.994 metros. Este PEF tem sua origem ainda no ano de 1964, quando teve início a construção da pista de pouso, inaugurada somente no ano de 1973 com o pouso de uma aeronave militar C-47 Douglas. Somente no ano de 1988 foi fixada a primeira presença militar: um destacamento composto por um sargento e seis soldados. Em 1989 teve início os primeiros trabalhos de limpeza da área do pelotão e, em 30 de junho de 1994 (data considerada como a fundação) foi entregue pela Comissão Regional de Obras da 12ª Região Militar o último pavilhão. O deslocamento aéreo de Maturacá para São Gabriel da Cachoeira consome 25 minutos; já o deslocamento fluvial para o mesmo destino consome uma média de nove horas. Um dado interessante é que o PEF está localizado a 68 km ao Norte da linha do Equador, ou seja no hemisfério Norte.

Para Varella (2006, p. 15) “é de perder o fôlego o caminho para Maturacá, ladeado por duas cadeias de montanhas com picos em serrilhado nos quais pousam flocos de nuvens e por sucessão de paredões grandiosos de cor ocre que o pôr-do-sol reveste de ouro”. E o mesmo autor prossegue ao relatar a maior reserva de nióbio do mundo:

“E o morro dos Seis Lagos, que espetáculo de cores! Um deles em forma de oito, negro reluzente; outro, circular, verde-esmeralda; e os demais, com tonalidades que vão do negro-avermelhado ao azul; todos agarrados à montanha verde para não escorrer encosta abaixo”.

Esta descrição de Dráuzio Varella indica a magia que as paisagens de Maturacá despertam naqueles que a visitam. A proximidade do pelotão à colossal reserva de material estratégico (nióbio) demonstra como o Estado, mesmo pontualmente, tem agido estrategicamente para se materializar no território. Portanto, a atuação do Estado não pode ser caracterizada como omissa, mas politicamente dirigida e com objetivos bem definidos. E de certa maneira, esta atuação é direcionada pela globalização. Resta-nos desvendar como!

Esse pelotão é um dos mais novos integrantes do Calha Norte, tendo sido inaugurado oficialmente no ano de 1994. Seu batismo de fogo deu-se quando fatos ocorridos na região do Pico da Neblina levaram militares venezuelanos a invadir o território nacional quase deflagrando um conflito entre os dois países. Fato que foi resolvido com a atuação da diplomacia brasileira e o desencadeamento da Operação Maturacá, ratificando a posse desse acidente natural para o Brasil. O Estado, gestor por excelência do território, tem como tal o palco de atuação de seu poder. Segundo Souza (2005, p.81) “Territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas, da mais acanhada (p. ex., uma rua) à internacional [...]; territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias”. Em Maturacá, um espaço ocupado

historicamente pelos índios Yanomamis, ganhou nova territorialidade a partir da presença do Estado, na figura do 5º PEF. São várias realidades diferentes, mas não antagônicas. O efetivo militar do pelotão é de 50 homens, sendo cinco oficiais, cinco sargentos, oito cabos e 32 soldados. Os cabos e soldados, em sua maioria, são da própria região. O efetivo de oficiais e sargentos tem origem em outras regiões do país. Os dependentes dos militares (esposas e filhos) giram em torno de 50 pessoas. Existe um efetivo composto por civis (10 pessoas) no entorno do pelotão. Próximo às duas aldeias existem pequenos postos da Missão Salesiana e do Instituto Brasileiro para o Desenvolvimento Sanitário - IBDS (ONG patrocinada pela FUNASA). Atualmente existem duas aldeias indígenas, ambas da etnia Yanomami, com um total aproximado de 1.800 indígenas em toda área de Maturacá, cujas principais atividades são a caça, pesca, plantio de macaxeira, abacaxi e criação de aves. Em uma das aldeias existe um posto da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) com a permanência de um funcionário do órgão. As relações existentes no espaço geram conflitos entre os diversos segmentos. Mas o indígena parece ser mesmo o elemento principal do cenário.

Os índios têm uma presença marcante no cotidiano do pelotão, pois que são realizadas diversas atividades com esses atores (trocas de mercadorias, atividades sociais como festas e jogos, caça e pesca etc). Os índios também realizam diversas tarefas no pelotão como já relatado anteriormente. Algumas índias prestam serviços domésticos, outros índios realizam serviços de manutenção das residências, corte de lenha etc. A moeda de troca, geralmente, é alguma peça do vestuário ou parte da etapa de alimentação (sal, arroz, feijão, frios, etc) que os integrantes do pelotão recebem mensalmente. Cada etapa de alimentação, que é indenizável, garante o sustento de uma única pessoa por mais de um mês corrido. Mas a etapa somente é distribuída aos militares que residem com seus dependentes no pelotão. Para os solteiros, a alimentação é fornecida nos refeitórios. Para suprir outras necessidades dos moradores do PEF e entorno existe uma pequena mercearia na Missão Salesiana e outra no interior do pelotão.

E nesse patamar de relações, surgem novos espaços, com dinâmicas próprias. Além disso, o fluxo de visitas aos pelotões é intenso durante todo o ano. São visitas oficiais de militares, políticos e, não oficiais, como alguns aventureiros. A subida ao Pico da Neblina é um atrativo para os adeptos do segmento dos ditos esportes radicais. A permanência de tais visitas, porém, dificilmente, ultrapassam mais que um dia. O consumo de viagens, turismo e lazer tendem a aumentar devido a explosão dos fluxos mundiais e nacionais, principalmente devido as belezas naturais e a presença de povos indígenas.

A vida interior do pelotão é bastante agitada apesar de ser “um território caracterizado pelos tempos lentos, onde as diferenciações enraízam-se na natureza e um tempo humano” que teimosamente insiste, ainda que “timidamente ocupar os alvéolos de um tempo ‘natural’” (SANTOS, 2003, p.30). Passada a etapa de adaptação, logo os integrantes sentem a necessidade de manter relacionamentos mais afetivos com os outros integrantes ou cair em profunda depressão, fato que já ocorreu em Maturacá. O 5º PEF, todo cercado com moirões de madeira e arame farpado, dispõe de uma infra-estrutura, em madeira, para obrigar seu efetivo de militares e dependentes. Na área externa do 5º PEF existe uma pista com 1.300 metros para pouso e decolagem de aeronaves; um heliponto para pouso e decolagem de helicópteros; e uma Mini Usina Hidrelétrica (MUH). Na área interna existem 11 residências funcionais (três para oficiais, cinco para sargentos e três para cabos e soldados), um pavilhão de Comando, um Posto de Saúde, um pavilhão para manutenção e guarda das viaturas, um pavilhão de serviços gerais, um alojamento para cabos e soldados, um refeitório, uma cozinha, um pavilhão de Terceiros, um pavilhão Comunitário. Existem áreas que são destinadas ao lazer, como a palhoça de musculação, palhoça de lazer, uma quadra de futebol de areia; e outras destinadas a uma pequena criação e cultivo: uma horta e um galinheiro com aproximadamente, 50 (cinquenta) cabeças.

Quanto a parte de educação, esta é ofertada por uma escola estadual de Ensino Fundamental, localizada na Missão Salesiana, contando atualmente com cerca de 500 alunos índios. O quadro de docentes é formado por profissionais oriundos da sede do município, assim como por índios Yanomamis possuidores do magistério indígena. Para os filhos dos militares a educação é uma dificuldade. Mas o pelotão dispõe de um espaço que serve como sala de aula, equipado com televisão, aparelho DVD e quadro branco, onde as crianças podem receber aulas diariamente. Os oficiais, sargentos e mesmo algumas esposas, todos com formação, são os incumbidos da tarefa de educar. Com o advento da informática, existe a possibilidade do pelotão ser incluído no programa de Ensino à Distância (EAD) ofertado pelo Exército, mas que ainda não cobriu todo território nacional.

Nas horas de folga, como no meio da selva não se dispõem de shoppings, cinemas, lojas para consumo, passear nos igarapés próximos, visitar as aldeias, caçar, pescar, conversar com os vizinhos, realizar festas e competições esportivas, tornam-se atividades do cotidiano. Mas as teias da globalização já alcançaram o PEF, que dispõe de um ponto GESAC (Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão) no interior das suas instalações com dois computadores, cuja frequência mensal é de 150 militares e 50 civis, índios inclusive. O programa tem como meta disponibilizar acesso à Internet e mais um conjunto de outros serviços de inclusão digital (inclusive o EAD) às comunidades excluídas do acesso e dos serviços vinculados à rede mundial de computadores. Pelo programa GESAC devem ser beneficiadas prioritariamente as comunidades que apresentarem baixo IDH (0,543 em Maturacá) e que estejam localizadas em regiões onde as redes de telecomunicações tradicionais não oferecem acesso local à internet em banda larga. Segundo pesquisa divulgada em setembro de 2003 pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), somente 8% da população brasileira têm acesso à internet. Desse total, apenas 9,3% pertencem às classes C, D e E. Esse é o atual quadro da nossa exclusão digital. Acredita-se estar diante de uma oportunidade para a criação de uma rede horizontal solidária de cooperação, que possibilite maior intercâmbio de informações, oportunidades para melhoria da vida, geração de cultura e de negócios. A conexão é estabelecida por meio de satélite, facilitando alcançar regiões onde ainda é raro encontrar possibilidade de conexão internet. Para um país continental e com grandes áreas sem acesso a qualquer tecnologia digital, só mesmo esse tipo de conexão permitiria interligar brasileiros de todas as partes do país sem as barreiras geográficas do território nacional. E como já vimos antes, a educação em Maturacá necessita desse suporte.

No tocante a saúde, o PEF dispõe de um Posto de Saúde, composto de um consultório médico, um gabinete odontológico, um laboratório e uma enfermaria. O suprimento de medicação é realizado pelo 5º Batalhão de Infantaria de Selva, localizado na sede do município. O posto atende não somente os integrantes do PEF como também os demais integrantes da região. Existe um outro ponto de atendimento de saúde localizado no Posto do IBDS, próximo às aldeias. Relacionado com a saúde e com igual importância está o abastecimento de água. Para tanto o PEF dispõe de um poço artesiano. Como ainda não se dispõe de uma estação para tratamento de água (ETA), o líquido é tratado com hipoclorito ao ser armazenado no reservatório suspenso com capacidade para 10.000 litros. Todas as instalações do PEF são abastecidas por um sistema de encanamento apropriado. Não há fornecimento para áreas externas ao PEF.

Mas, além dessas novas atividades de lazer, existem as atividades normais do pelotão, sua rotina, seu cotidiano como uma organização. “Os diversos elementos que compõem a existência comum dos homens inscrevem-se em um espaço; deixam aí suas marcas. Lugar onde se manifesta a vida, o espaço é condição, meio e produto da realização da sociedade humana em toda a sua multiplicidade [...] Se de um lado o espaço é um conceito abstrato, de outro tem uma dimensão real e concreta como lugar de realização da vida humana, que ocorre diferencialmente no tempo e no lugar e que ganha materialidade por meio do território.”

(FANI, 2001, p.11). Assim, a jornada diária no 5° PEF tem início com a alvorada as 05h00. Uma equipe de militares, munidos de um pequeno trator e uma moto-serra, realizam a apanha e distribuição da lenha para a cozinha do pelotão e residências dos militares. A esse respeito há um plano de corte de árvores. Existe uma preocupação para causar o mínimo de dano ao ambiente. Uma árvore de porte médio pode abastecer todo o pelotão por quase uma semana. No 5° PEF, a chegada do fornecimento do gás liquefeito tende a aposentar o corte de árvores para esse fim. O problema maior do gás é o seu transporte, tendo em vista ser proibido em aeronaves e, o tempo de transporte fluvial da sede ao 5° PEF pode chegar a nove horas de viagem, fora a pequena capacidade das embarcações devido a pouca profundidade e ocorrência de cachoeiras ao longo do rio Maturacá. Desta forma, o ressuprimento do gás, que é realizado a cada dois meses, tanto para o PEF, como para as famílias, ainda não é suficiente para fornecer toda necessidade desse bem aos integrantes do pelotão.

Prosseguindo na rotina diária do PEF, uma outra equipe vai checar o perímetro do pelotão, se houve violação das cercas. Uma outra vai verificar as condições do gerador (reabastecer, manter etc), que se dispõe para a manutenção dos frios, para isso, permanece ligado quatro horas pela manhã e mais quatro horas à noite. É nesses momentos que o pelotão ganha mais vida: as pessoas ligam seus aparelhos de TV, rádios, uma festa. Existem algumas antenas parabólicas que conectam o pelotão com o mundo, e a informática também já faz parte do cotidiano. Nessas oito horas de energia revive-se algumas lembranças da vida urbana. Assim, podemos distinguir duas temporalidades no 5° PEF, uma com e outra sem a energia elétrica. Ainda a esse respeito, o pelotão dispõe de uma mini-usina hidroelétrica (MUH) com capacidade para gerar 60 kva, que quando em operação repassa energia para as comunidades locais. Mas no momento a MUH está necessitando de manutenção, encontrando-se a mais de um ano inoperante. Assim, a falta de suprimento de energia durante as 24 horas do dia se torna um transtorno para os integrantes do PEF e comunidades.

Maturacá apresenta-se como um espaço de contradições. Ao mesmo tempo em que seus habitantes (militares, dependentes e índios) vivem num tempo lento, esses mesmos homens se inserem num espaço globalizado, conectando-se através da internet disponível no pelotão com o sistema mundo.

No que diz respeito a vida administrativa, essa também é intensa, pois a documentação particular (cartas) e do pelotão (documentos oficiais) precisam estar preparados para a chegada das aeronaves. A única “perna” (ida da aeronave da Sede até os PEF) que o Hércules (aeronave militar da Aeronáutica) realiza para o PEF varia em torno de 45 a 60 dias, o que não é suficiente para suprir as necessidades demandadas. Apesar de possuir um cronograma de abastecimento, o pouso e decolagem das aeronaves ficam a mercê dos caprichos da natureza para chegar a Maturacá. Para SANTOS (2003, p.66) “essas características climáticas e hidrológicas, num certo contexto de desenvolvimento técnico, impõem um ritmo, uma velocidade e uma escala à vida na região, onde o recuo da natureza ainda está, poder-se-ia dizer, em processo de realização”. Fruto dessa realidade é que já teve ocasiões no 5° PEF que não foi possível o reabastecimento por conta das condições meteorológicas, tendo o pelotão que passar por momentos de dificuldades pela escassez de diesel para o gerador e gêneros alimentícios de primeira necessidade para seus integrantes. Mas a chegada dos gigantes Hércules é uma festa para todos os integrantes do pelotão, e também para os indígenas. Há uma enorme expectativa pela chegada do malote dos correios, material, gêneros, pessoas etc. Enfim, o avião faz o papel de cordão umbilical entre a sede e o distante pelotão. A sobrevivência do pelotão sem ele seria bem dificultosa. Por isso, o abastecimento dos pelotões é a primeira prioridade quando a Aeronáutica disponibiliza suas aeronaves para a Força Terrestre naquela região.

O PEF constitui uma rede que interliga Maturacá ao Brasil e, em menor intensidade, mas não menos importante, ao mundo. Foi gerado a partir da ação do Estado, com o projeto Calha

Norte, e hoje, devido a sua localização estratégica e a intensa integração entre militares e sociedade civil, se tornou um importante nó, pois configura-se como um lugar de conexão, de referência e de poder.

Quanto à função militar, basicamente são realizadas patrulhas fluviais e aeromóveis nos limites da faixa de fronteira, utilizando para isso os marcos existentes e visíveis. Mas é difícil achar esses marcos fronteiriços e por vezes adentra-se no território do país vizinho. E recentemente nossas fronteiras têm sentido as conseqüências da atual guinada esquerdista/populista vivenciada por algumas nações sul-americanas.

5. América do Sul: integração ou fragmentação do espaço.

Decididamente, o cenário sul-americano não é mais o mesmo daquele da década de 70 do século XX, ou seja, países alinhados automaticamente com os Estados Unidos. A presença americana na região já não é mais unanimidade. Longe disso, experimenta dissabores com os governos de Hugo Chávez, Evo Morales e Rafael Correa. Em 15 Nov 2007 aconteceu um incidente potencialmente explosivo para as relações entre a Venezuela e a Guiana. O governo da Guiana convocou o embaixador venezuelano em Georgetown para dar explicações sobre uma suposta invasão territorial seguida de ataque a uma zona de garimpo ocorrida por tropas venezuelanas na fronteira entre os dois países. A Venezuela reclama há um século direitos territoriais sobre toda a região a oeste do rio Essequibo, que corta a Guiana ao meio, cedida à então colônia britânica da Guiana após um laudo arbitral de 1899. A região é rica em petróleo, minérios e outros recursos. Já a Bolívia pleiteia junto ao Chile uma saída para o oceano Pacífico. Por fim o governo de Rafael Quiroga acenou que não renovará a permanência da base militar norte-americana de Manta, no Equador. Por outro lado, o Peru, o Chile e a Colômbia permanecem mais ligados aos Estados Unidos. Os dois primeiros por questões tipicamente comerciais. Já a relação com a Colômbia tem um viés estratégico para os norte-americanos. O Plano Colômbia torna legal a atuação da superpotência no país de Álvaro Uribe, com o engodo de combater o narcotráfico. Nesse cenário vislumbra-se que eminentes conflitos estão (re)surgindo no cenário regional.

A expansão da fronteira agrícola pelos plantadores de soja rumo ao Paraguai, as reformas políticas na Bolívia, com a estatização de empresas estratégicas e expulsão de empreendimentos privados são alguns fatos que podem gerar entreveros. Não podendo deixar de serem citados os recentes acontecimentos na Venezuela: reforma constitucional e a recente ida de Hugo Chávez ao mercado de armas.

A Argentina e o Brasil permanecem ligeiramente neutros ante esses dois blocos antagônicos que começam a ganhar corpo no subcontinente. Mas a Argentina de Nestor Kichiner já mantém fortes laços comerciais com a Venezuela, o que deve ser seguido por sua esposa e sucessora Cristina Kichiner.

O Estado brasileiro, materializado no município de São Gabriel da Cachoeira, faz fronteira na região que trata o presente artigo com a Venezuela, a Colômbia e a Bolívia. Com o advento do Plano Colômbia (implementado pelos Estados Unidos para o combate à narco-guerrilha colombiana) há reais possibilidades de integrantes das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) adentrarem no território brasileiro em conseqüência da pressão no outro lado. Exemplificando, no ano de 2005, militares brasileiros, lotados no 4º PEF (Cucuí), distante 150 km de São Gabriel da Cachoeira, entraram em confronto com um possível grupo de guerrilheiros das Farc, na margem direita do rio Negro, em águas brasileiras. Saldo da ação: dois presos, um fugitivo e um morto entre os invasores. Os intrusos transportavam um arsenal de armas e munição, além de uma quantidade significativa de dinheiro, de diversas moedas, provavelmente para fomentar a narco-guerrilha. Outro problema sério advindo do Plano Colômbia diz respeito aos refugiados. O jornal Correio Braziliense, edição de 30 Abr 2007, publicou uma matéria intitulada “Refugiados colombianos, desafio humanitário para o

Brasil”. A matéria afirma que atualmente cerca de 5 milhões de colombianos estão deslocados pelo conflito, sendo 3 milhões e meio dentro da Colômbia e 1 milhão e meio em países vizinhos. Calcula-se que somente na Amazônia existam hoje aproximadamente 40 mil refugiados colombianos. São mulheres, crianças, idosos e homens que escapam das mais difíceis condições de perseguição: fogem da guerra. Escapam de seqüestros, do recrutamento forçado de filhas e filhos menores (até crianças de 12 anos são recrutadas). O narcotráfico, os paramilitares, a guerrilha e o exército se confrontam, com repercussões além das fronteiras. Um outro fator a ser ressaltado é a crescente onda de esquerdismo que a região tem experimentado e, suas conseqüências, que já podem ser sentidas deste lado da fronteira. Assim, as recentes idas de Hugo Chávez ao mercado de armamento, assim como as atitudes de Evo Morales na questão da nacionalização do gás boliviano têm deixado alguns segmentos da sociedade nacional inquietos. A esse respeito, acrescentamos a quase inexistência de estudos voltados para o conhecimento de nossos vizinhos, o que certamente caberia em outros momentos. Na verdade sabemos muito pouco a respeito de nossos vizinhos. Internamente, o Brasil também tem suas assimetrias; aqui daremos ênfase a política.

A elaboração da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), a Política Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT) e a Política Estratégica de Defesa Nacional (PDN) devem envolver territórios além da fronteira nacional. Assim, o território visualizado nas respectivas políticas devem privilegiar não somente a escala nacional, mas também a escala supranacional, assim como a escala local. A esse respeito, o município de São Gabriel da Cachoeira já pode contar com seu Plano Diretor, instrumento básico da política de desenvolvimento territorial do município. Tais fatos interferem em menor ou maior intensidade no pelotão de Maturacá, uma vez que sua função primeira é resguardar a soberania nacional. Porém, o presente artigo não vislumbra o estudo aprofundado de tais temas, apesar da sua relevância. Um dos grandes problemas percebidos na elaboração dessas políticas é a falta de interação entre as mesmas. O atual governo parece dar sinais que caminha para a solução desse problema.

6. Considerações Finais

Pela análise procedida, ao longo deste artigo, pode-se inferir que o Estado brasileiro está presente na vastidão da Amazônia. A presença estatal está materializada na figura das Forças Armadas, notadamente, o Exército. Por outro lado, tal presença tem-se caracterizado pela diluição dos projetos, fragilidade das iniciativas, descontinuidade dos esforços, falta de determinação (quanto à ocupação demográfica e econômica do espaço), carência de objetividade (na perspectiva dos verdadeiros interesses nacionais) e incapacidade de mobilização da própria Nação (para a elaboração de um projeto de integração e desenvolvimento nacional). No caso específico da Amazônia, há um vácuo de poder, em extensas áreas, que pode vir a ser ocupado por outros atores sociais ou, mesmo, por outros Estados nacionais. A professora Marilene Corrêa, Secretária do Meio Ambiente do Estado do Amazonas, expôs, em palestra no ano de 2004, na UFPE, acerca da presença de inúmeras instituições, voltadas para alta tecnologia, com matriz nos Estados Unidos, Europa e Japão, na Amazônia. Tais instituições, segundo ela, gozam de regalias “espantosas” e perigosas para a soberania do Brasil, embora, tudo esteja sendo feito dentro das normas vigentes no país.

A tese de internacionalização da Amazônia, como área de interesse da Humanidade, defendida por centenas de ONG européias e estadunidenses, com a desculpa de conter o processo de devastação daquele imenso território, não resiste a uma análise científica. O Estado brasileiro não pode aceitar essas ameaças, que revestidas de conceitos pseudocientíficos e mundialistas, cultuam, na verdade, ambições de poder. A decisão irrevogável de preservar a Amazônia tem que ser anunciada e implementada, a fim de evitar aventuras internacionalistas. “Esta decisão deve ser defendida claramente, por meio de uma

diplomacia corajosa e de um dispositivo militar de defesa da Amazônia, que, adaptado às peculiaridades do combate na selva, deverá apresentar efetivo, armamento e equipamento convincente da nossa capacidade operativa e dispor de autonomia de suprimento e de reequipamento garantida pela indústria nacional” (MATTOS, 2002). Ainda, tratar da efetiva contribuição dos militares ao país em tempos de paz e de democracia é tão delicado como inadiável. Remete a uma reflexão sobre todo o arcabouço que sustenta a própria soberania nacional e o regime constitucional. E impõe o reconhecimento de que nenhuma nação pode abrir mão do suporte essencial de instituições sólidas, de capilaridade visível e estrutura consistente. Isso é tanto mais evidente num país de dimensões continentais e cujas riquezas, das quais não se pode prescindir, são objetos de cobiças, aceleradas por manobras camufladas e apoiadas em colunas sofisticadas e audaciosas. Mas não basta apenas o aparato militar. Faz-se necessário, acima de tudo, mostrar à sociedade brasileira a importância da Amazônia.

No que diz respeito às propostas, ressalta a permanente preocupação com a integração territorial, com a interiorização, pondo uns a prioridade nos transportes, outros no povoamento, outros na expansão da fronteira econômica (seja por progressão partindo das faixas litorâneas, seja pela criação de pólos interiores), e outros, ainda, combinando esses caminhos. A priorização de regiões para dar impulso ao movimento civilizatório do todo constou de várias propostas, mas na atualidade, por uma premência estratégica, vem-se acentuando, a cada dia, a importância do maior esforço na Amazônia.

Nesse sentido, ressalta-se a importância da implementação de uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), que contemple todas as regiões brasileiras, respeitando suas peculiaridades. Assim, da nova PNDR, elaborada pelo Ministério da Integração Nacional, consta que, na escala macrorregional, foram elaboradas propostas de (re) criação de instituições de desenvolvimento (SUDENE, SUDAM e SUDECO) e, formulação, entre outras medidas, do Plano Amazônia Sustentável (PAS) e do Programa Faixa de Fronteira. E mais recentemente foram realizados seminários para a formulação das bases do Plano Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT). Tais planos oscilam entre as escalas macrorregionais e a nacional. Porém, na escala local, a ação no território já pode contar com o Plano Diretor Participativo do Município de São Gabriel da Cachoeira, aprovado por intermédio da Lei Municipal 209, de 21 de novembro de 2006.

Existe, portanto, a necessidade de efetiva implantação de planos de Estado para a região, e não apenas planos de governo. De fato, a mudança da facção política na condução do Estado não pode ser razão impeditiva e perturbadora do planejamento, que por natureza, vai além do curto período de tempo de um governo. Envolvendo a participação da sociedade brasileira, esses planos tenderiam a impedir que qualquer um dos tipos de conflito estudado pelo professor Julien Vandeburie venha a ocorrer na Amazônia.

É igualmente premente se considerarmos a fragilidade e a ambigüidade de nossos pilares civis, entre os quais os partidos políticos e seus integrantes. Contraditoriamente, para nossa desventura, a restauração do regime de plena liberdade não propiciou o surgimento e consolidação de capacidade de produzir lideranças competentes e verdadeiramente comprometidas com o bem comum.

Ao contrário, lamenta-se, emergiu uma cúpula de políticos medíocres, levianos, inescrupulosos, movidos tão somente por interesses pessoais e vaidades desmedidas, como no recente caso do aumento salarial dos parlamentares. Além disso, a plena democracia tem sido confundida com a alta impunidade, vírus que atingiu por inteiro a todos os poderes republicanos. Assim, certas práticas estão levando as instituições democráticas à desmoralização, afetando gravemente a capacidade defensiva do País e comprometendo sua soberania, primeira condição para a sobrevivência digna do seu povo.

E mesmo assim, o Brasil pode ter a partir de 2010 uma formidável força de defesa estratégica, capaz de atingir alvos em qualquer ponto da América Latina. Mas essa política de defesa

garante a paz pela dissuasão e não pela ameaça. Por outro lado as intenções venezuelanas de se armar ainda são desconhecidas. Essa atitude brasileira não causa tensões diplomáticas com a vizinhança, pois a política externa brasileira, até o momento, é baseada na integração pela economia. O Governo brasileiro deve cuidar dos interesses nacionais. Preparar o país para eventuais problemas que possam surgir no futuro é função do Estado. Não obstante, o Brasil continua “caipira”, no sentido que deu à expressão o então presidente Fernando Henrique Cardoso anos atrás. Talvez tenha sido crucificado injustamente. Só quis dizer que o brasileiro, como todo habitante de país continental, olha para dentro, não para fora. Na academia, há raríssimos especialistas em América Latina. Se o Brasil quer - e é lógico que queira, pelo tamanho da economia, do território e da população - um papel de liderança na região, ou começa a entendê-la, ou será, eternamente, surpreendido pela sua “esquina”.

Assim, a presença dos PEF é apenas uma pequena etapa de um processo que deverá envolver muitos outros atores. Sem bairrismos, a Amazônia é um legado extraordinário que nos foi deixado por nossos antepassados, e devemos manter e desenvolve-la para nossos sucessores. Feliz ou infelizmente - porque isso denota a escassa importância política do Brasil na ordem mundial - o país não está habituado a crises diplomáticas.

Por fim, o que se deve evitar é que o país siga o chamado “pensamento único” do atual processo de globalização, que “inclui um receituário de soluções, sem os quais – diz-se – um determinado país se torna incapaz de participar do processo de globalização. Em nome da inserção desse país na nova modernidade e no mercado global são estabelecidas regras que acabam por constituir um conjunto irrecusável de prescrições. Isso equivale, para cada país, a uma abdicação da possibilidade de efetuar uma verdadeira política nacional, tanto econômica quanto social”, (SANTOS, 2003, p.255).

Referências Bibliográficas

- AZAMBUJA, D. **Teoria Geral do Estado**. 5 ed. Porto Alegre: Editora Globo, 1971.
- BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- BRANDÃO, F. J. S. **Créditos de Carbono** In Diário de Pernambuco. Caderno Opinião p.A3. Edição de 19 de dezembro de 2006.
- CASTRO, Iná Elias et al. **Geografia: conceitos e temas**. 7 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- MATTOS, C. M. **Geopolítica e Modernidade: Geopolítica brasileira**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2002.
- SÁ, A. J. **Brasil Encarcerado. Das prisões fora dos presídios às prisões internas aos presídios: uma geografia do medo**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2005.
- SANTOS, M. e SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 5ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- VARELLA, D. **A última fronteira** in Verde Oliva – Exército Brasileiro. Ano XXXIII. Nº 188. Abr/Mai/Jun 2006. Brasília: Centro de Comunicação Social do Exército.
- Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000**. <http://www.pnud.org.br/atlas/instalacao/index.php>, acessado em 20 Ago 2006.
- Para pensar uma política nacional de ordenamento territorial: anais da Oficina sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial**, Brasília, 13-14 de novembro de 2003 / Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional (SDR). – Brasília: MI, 2005. 78 p.
- ZAVERUCHA, Jorge. **FHC, forças armadas e polícia. Entre o autoritarismo e a democracia. 1999 > 2002**. Rio de Janeiro: editora Record, 2005.